



Preparar uma nova geração de programas intermunicipais



Este número do boletim prossegue a apresentação de projetos de promoção do sucesso educativo realizados com o apoio do Norte 2020, desta feita no município de Chaves e nas CIM do Alto Minho e das Terras de Trás-os-Montes, e dá nota da avaliação de um projeto emblemático da CIM do Tâmega e Sousa.

As operações dos PIICIE estão em diferentes fases de realização, mas são cada vez mais as que se encontram em fase de conclusão.

Apesar de ainda estarmos focados na boa execução dos projetos do NORTE 2020, impõe-se reservar alguma energia para preparar o futuro próximo, trabalhando o enquadramento dos planos intermunicipais de promoção do sucesso educativo previstos na proposta de Acordo de Parceria Portugal 2030.

Com este propósito, este número do boletim inclui uma reflexão sobre algumas linhas orientadoras, baseadas na experiência de realização dos PIICIE, na avaliação destas dinâmicas locais de promoção do sucesso escolar e nos contributos presentes nas estratégias intermunicipais para 2030.

Importa que a preparação do futuro próximo assente na auscultação dos mais diretamente envolvidos, em especial os municípios e as escolas, e que a programação seja articulada com os diferentes níveis envolvidos, designadamente os serviços responsáveis pelas medidas de matriz nacional. A recuperação das aprendizagens, fortemente prejudicadas pela pandemia, constituirá certamente um objetivo central e comum para a ação pública nos anos mais próximos. Contamos, pois, com todos para vencer este desafio fundamental para o futuro da nossa região.

Júlio Pereira
Vogal da Comissão do NORTE 2020

NESTE NÚMERO

RECRUARTE: ALTO MINHO SUSTENTÁVEL POR NATUREZA [PÁG. 2-3]

CIM TTM: PROJETO-PILOTO “TURMAS PARTILHADAS” [PÁG. 4-5]

CHAVES: ATIVIDADES ESTIMULADORAS DE APRENDIZAGEM EM TEMPO DE FÉRIAS [PÁG. 6-7]

DICAS – UM PROJETO COM IMPACTO SOCIAL NA COMUNIDADE EDUCATIVA DO TÂMEGA E SOUSA [PÁG. 8-11]

PREPARAR OS PROGRAMAS INTERMUNICIPAIS DE PROMOÇÃO DO SUCESSO EDUCATIVO [PÁG. 12-15]

COORDENAÇÃO TÉCNICA CCDR-NORTE/ Secretariado Técnico PESSOAS (NORTE 2020)

APOIO EDITORIAL

Unidade de Apoio à Estratégia de Comunicação do NORTE 2020

SUBSCREVA O BOLETIM:
▶ [CLIQUE AQUI](#)



ReCriaArte: Alto Minho Sustentável por Natureza

No âmbito do seu projeto PIICIE “Alto Minho - School 4All”, a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (CIM Alto Minho) promoveu no 1.º período do ano letivo de 2021- 2022, em cada um dos agrupamentos escolares dos 10 municípios do Alto Minho, a ação “**ReCriaArte: Alto Minho Sustentável por Natureza**”.

Dirigida a todos os alunos do 2.º ciclo do ensino básico, nomeadamente o 5.º e 6.º anos de escolaridade, esta ação englobou a realização de duas exposições plenas de experiências interativas aliadas à sustentabilidade ambiental e à proteção do meio ambiente, as exposições “**Brinca@Ciência**” e “**Paisagens, espécies, histórias**”.

“Brinca@Ciência”



Com a ação/ exposição “**Brinca@Ciência**”, os alunos puderam reciclar plástico, reutilizando-o na construção de novos objetos. Procurou-se, assim, sensibilizar para a importância da reciclagem e da criação de novos produtos através de materiais que seriam outrora descartados, fomentando a prática científica e o interesse pela ciência. Esta ação/ exposição compreendeu três áreas:

- **Área de Sensibilização** - uma zona especializada na promoção da reciclagem dos plásticos, na qual foi disponibilizado um sistema de multimédia de imagem e de vídeo com conteúdos alusivos ao tema, com o intuito de sensibilizar e alterar paradigmas. A área em causa integrou, ainda, peças terminadas, que mostraram o que é possível criar com plástico reutilizado. Demonstrou-se, assim, o potencial da reciclagem e a necessidade da mesma.

- **Área de Trituração** – zona em que se realizou a separação dos plásticos, processo que foi ensinado aos alunos, sensibilizando-os para a diferença que existe entre os plásticos. O processo de separação constitui uma etapa fulcral na reciclagem dos materiais, não sendo um processo tão simples como se pode pensar à primeira vista. Após a separação



dos plásticos procedeu-se à trituração dos mesmos através de um processo mecânico, recorrendo-se a uma bicicleta movida pelos alunos.

- **Área de Reciclagem** – zona onde se utilizou o material produzido na área anterior e foi possível, através de uma máquina de injeção, criar objetos de plástico, por exemplo, letras e/ou brinquedos, com recurso a moldes ou com a ajuda de outros equipamentos que permitem modelar novamente o plástico. Nesta secção, os alunos tiveram a oportunidade de criar os seus objetos e, de igual forma, entenderam se a separação dos plásticos foi bem realizada, tendo em conta o resultado final das peças.





“Paisagens, Espécies, Histórias”



Paralelamente, teve lugar, em cada um dos agrupamentos escolares do Alto Minho, a exposição “Paisagens, Espécies, Histórias”, composta por uma única área que integrou painéis interpretativos, quiosques multimédia dedicados às três temáticas da exposição, bem como um documentário e uma misteriosa arca interativa com 20 objetos.

Aqui, procurou-se revelar a riqueza cultural e a beleza das paisagens e da biodiversidade do Alto Minho, mostrando algumas das espécies que habitam esta região, como a lesma-do-mar ou salamandra-lusitânica, explorando uma grande variedade de paisagens, desvendando como os habitantes do Alto Minho se relacionam com este território e a sua biodiversidade e motivando para o espírito crítico e a cidadania

ambiental, a partir da observação e identificação de situações reais.

Concluindo

No total, foram envolvidas **134 turmas, 2462 alunos e 149 docentes** de **19 agrupamentos escolares dos 10 municípios do Alto Minho**. Esta foi, sem dúvida, uma ação bastante enriquecedora para os alunos, na medida em que contribuiu para a aquisição de novos conhecimentos e competências, estimulando a criatividade, a consciência ecológica e o trabalhar de valores como a responsabilidade social, mas também para os docentes, ao promover a interligação com os conteúdos das disciplinas na área das ciências (Ciências Físico-Naturais), adequando o conhecimento teórico e as práticas pedagógicas à realidade do quotidiano e promovendo a participação ativa dos alunos em projetos ou atividades científicas aliadas à sustentabilidade e à proteção ambiental.

A coordenação do PIICIE – “Alto Minho School4All”





PROJETO-PILOTO “TURMAS PARTILHADAS”: Um desafio para os territórios de baixa densidade

Este projeto-piloto surge de uma necessidade sentida nos territórios da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM) e consistiu na idealização de um projeto-piloto para fazer face ao abandono e ao insucesso escolar através do ensino profissional.

Entendeu-se que, no contexto da realidade social com reduzida ou inexistente oferta formativa em alguns concelhos do território da CIM-TTM, seria a altura oportuna para desencadear os mecanismos e os esforços julgados necessários para que o objetivo de valorização dos nossos jovens no contexto de formação profissional se tornasse uma realidade.



No âmbito do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE), a CIM-TTM lançou um estudo que efetuou um diagnóstico da realidade educativa das nossas escolas, no que respeita ao Ensino Profissional e à respetiva oferta nesta área, e ajudou a “construir” o projeto de *turmas de responsabilidade partilhada*.

O desafio foi agarrado muito a sério e envolveu de forma empenhada diversas entidades e instituições, por forma a dar uma resposta viável, necessária e urgente.

Este projeto designado “turmas partilhadas” ou “turmas de responsabilidade partilhada” tem como principal meta a redução do insucesso escolar e pretende atingir três objetivos principais:

- i) criar uma maior diversidade de oferta formativa, ou seja, os alunos têm ao seu dispor várias opções de escolha dos diversos cursos profissionais existentes nos Agrupamentos de escolas do território da CIM-TTM. Assim se pode proporcionar igualdade de oportunidades aos alunos de todas as Escolas, favorecendo a escolha mais ajustada à sua vocação;
- ii) o aluno não tem de abandonar a sua escola, pois pode escolher um determinado curso profissional numa outra Escola (Escola de destino), onde vai frequentar a formação científica e a formação tecnológica (3 dias), mas continuar a pertencer à sua Escola (Escola de origem), onde frequenta a formação sociocultural (2 dias);
- iii) os alunos deslocam-se para a Escola de destino nos dias de formação científica e tecnológica e regressam diariamente a casa de forma a continuar em contexto familiar, dado que são alunos muito jovens, com 15-17 anos, não sendo assim obrigados a afastar-se da família, mantendo-se no agregado familiar enquanto frequentam o respetivo curso profissional, proporcionando desta forma um maior apoio e acompanhamento por parte dos pais.

Após este diagnóstico, houve a necessidade de envolver uma série de parceiros, nomeadamente a Secretaria de Estado Adjunto e da Educação e a Secretaria de Estado da Coesão e da Valorização do Interior, bem como elementos da CIM-TTM, num trabalho de equipa para delinear os objetivos pretendidos e as formas propostas para a implementação deste projeto.

O envolvimento dos municípios e de todos os agrupamentos de escolas dos territórios da CIM-TTM foi levado a cabo através de reuniões de trabalho, conferências e partilha de opiniões com os vários responsáveis políticos e técnicos dos municípios e das direções das escolas (ver fotos).

Quanto às dificuldades sentidas na organização e na dinamização deste tipo de desafio verificamos que, como em todos os projetos-piloto, também este comportou em si determinadas desconfiças quer por parte de alguns Agrupamentos, quer até por parte do público-alvo, que eram os alunos, tendo em conta a baixa valorização do Ensino Profissional. Por outro lado, também se verificaram alguns constrangimentos atendendo à complexidade no modelo administrativo-legislativo, na construção de um projeto-piloto adequado às necessidades do território e da sua população estudantil.



Conseguiu-se assim implementar, no início do ano letivo de 2021/2022, este projeto-piloto de *turmas partilhadas*, ao qual aderiram 6 Escolas, com 6 cursos e 22 alunos. Há cinco circuitos de transporte, cujo custo é suportado pela CIM.

Neste ano, a Escola de destino que recolhe mais alunos é a Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais, em Mirandela; nos próximos anos, pretende-se envolver todas as escolas, públicas e privadas, que oferecem cursos de nível secundário (profissionais e científico-humanísticos).

Projeto das Turmas Partilhadas TTM - Deslocações dos alunos para frequência da formação científica e tecnológica



Primeira apreciação

Tendo em conta o *feedback* recebido, apesar do contexto de pandemia que se vive, a avaliação tem sido muito positiva, pois o projeto foi bem acolhido pelas escolas intervenientes e com sucesso para os alunos envolvidos, demonstrando tratar-se de um projeto com características para ser replicado em territórios com condições semelhantes, de baixa densidade, quer estudantil, quer populacional.

Este projeto-piloto de *turmas partilhadas* prova a viabilidade do conceito aplicado à oferta formativa em territórios de baixa densidade e não só...

Este trabalho de envolvimento de todos teve como resultado final a publicação do [Despacho n.º 10085/2021](#), de 18 de outubro, do Secretário de Estado Adjunto e da Educação, prevendo a criação, a organização e o acompanhamento dos projetos-piloto criados ou a criar.



Cabe agora a todas a entidades e técnicos envolvidos efetuar o acompanhamento e a monitorização deste projeto-piloto, por forma a criar as condições necessárias para que este e outros projetos possam ser replicados por outros territórios, para que o Ensino Profissional seja uma saída privilegiada pelos alunos atenuando as discrepâncias neste tipo de ensino. Para este efeito, o referido despacho define a constituição de uma equipa, que integra representantes de serviços do Ministério da Educação e representantes regionais e locais, das escolas e dos pais, prevendo igualmente a audição dos alunos.

Assim se poderá contribuir para colmatar as necessidades existentes em técnicos formados nas diversas áreas de atividade, para oferecer aos jovens residentes em territórios de baixa densidade mais possibilidades de escolha e para a diminuição efetiva do abandono e do insucesso escolar.

Rui Caseiro

Primeiro Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal Terras de Trás-os-Montes



CHAVES: atividades estimuladoras de aprendizagem em tempo de férias



O Município de Chaves, em parceria com os três Agrupamentos de Escolas do Concelho, começou a implementar em novembro de 2018 o Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, cujos principais objetivos são o combate ao insucesso e a redução do abandono escolar de crianças e jovens, principalmente de alunos dos 2.º e 3.º ciclos.

A sua concretização foi possível partindo de uma ação que abrangeu as famílias, as escolas e a comunidade, na identificação dos alunos a abranger. Através da operação Equipa Multidisciplinar/Parentalidade Positiva (EM/PP), o Município de Chaves, aliado a entidades parceiras envolvidas nesta causa, nomeadamente a Escola Profissional de Chaves, as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, as Associações de Pais das escolas do Concelho, a Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Chaves e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Chaves, tem vindo a desenvolver um trabalho conjunto que favorece uma resposta alargada, na medida em que viabiliza uma intervenção adequada e ajustada às necessidades dos alunos e das suas famílias.

No ano letivo anterior foram envolvidos em ações individualizadas 300 alunos (490 participações e 806 sessões individuais). No total trabalhou-se com 620 alunos de forma efetiva. Se contabilizarmos todos os alunos envolvidos em ações realizadas em formato *on-line* o total é de 1672 alunos. Foram ainda envolvidos cerca de 90 pais/encarregados de educação, em trabalho individualizado.

No período das interrupções letivas do verão 2021, o Município de Chaves ofereceu um variado leque de atividades destinado aos alunos dos três ciclos do ensino básico. Estes, na sua maioria, foram indicados pelas respetivas direções dos agrupamentos, de acordo com informações previamente fornecidas por professores e diretores de turma, por se tratar de alunos com características que vão ao encontro dos objetivos do projeto, nomeadamente por estarem em risco de insucesso escolar. A EM/PP desenvolveu, em parceria com a Equipa Viver a Sociedade, ambas do PIICIE do Município, uma série de ações focadas em aspetos muito específicos, pertinentes para este público-alvo, nomeadamente no que concerne a uma sociedade mais inclusiva, à valorização das pessoas e à sua herança cultural.

Sociedade mais inclusiva



O tema da “Sociedade mais inclusiva” foi abordado através de duas vertentes: por um lado, consciencializar os alunos para a diferença e, por outro, promover hábitos de vida saudável, através de uma caminhada conjunta com alunos e utentes da Associação Flor do Tâmega Apoio à Deficiência.

Para uma verdadeira consciencialização, os alunos tiveram a oportunidade de experienciar algumas dificuldades que têm pessoas com deficiência, nomeadamente através da realização de percursos com uma venda nos olhos, a utilização de supressores de



som, de cadeira de rodas e canadianas como auxiliares de mobilidade.

A caminhada realizou-se na Alameda do Trajano com o intuito de sensibilizar os alunos para a necessidade de integrar os seus colegas com deficiência; desta feita, em parceria com a Associação Flor do Tâmega Apoio à Deficiência, estiveram presentes mais de 100 participantes.

As atividades permitiram quebrar estereótipos e barreiras, através de um diálogo promotor da partilha de experiências e da troca de ideias, sobre as dificuldades e os desafios em lidar com as diferenças, tendo os participantes, na generalidade, denotado um elevado grau de satisfação.

Assim, para determinar o grau de satisfação dos envolvidos, como se faz nas restantes atividades do PIICIE, foram aplicadas fichas de avaliação das ações, com uma escala de 1 a 5, em que 1 é “nada satisfeito” e 5 é “muito satisfeito”. Assim, na ação “Convivendo com a Diferença”, temos uma apreciação geral de 96% de respostas de nível 5 e 4% de nível 4 e na satisfação com o dinamizador houve 100% de respostas no nível 5; já na ação “Caminhando com a Diferença”, na apreciação geral, obteve-se 49% de respostas de nível 5, 38% de 4 e 13% de 3.

Valorização das pessoas, da cultura e do património local



O artesanato, mais concretamente a olaria, é uma das muitas tradições do concelho de Chaves. Aproveitando este legado, e em parceria com a Junta de Freguesia de Vilar de Nantes, em agosto de 2021, 82 alunos dos vários ciclos de ensino tiveram a oportunidade de conhecer a história do “barro preto” e criar a sua própria peça, com o auxílio de um artesão local, de forma tradicional, por processos manuais, utilizando a roda giratória e utensílios como estecas, punção ou o cortador de arame.

Na segunda semana do mês, tendo como propósito fomentar uma reflexão sobre a importância das raízes culturais flavienses, no sentido da afirmação da identidade e da valorização da pertença dos estudantes à região, bem como explorar as suas competências artísticas e criativas, 74 alunos participaram na ação *T-shirt “Olá Chaves”*.

Em conjunto, alunos e técnicos exploraram virtualmente a cidade e o seu património, passando por locais tão emblemáticos como a Ponte Romana de Chaves, o Forte de São Francisco, o Jardim Público, a Rotunda do Km 0, o Pelourinho, a Torre de Menagem e seus jardins, bem como as Termas de Chaves, entre outros tantos locais de interesse. Após um estudo em desenho, com auxílio dos técnicos, e através da arte e criatividade individual, transportaram esse trabalho para uma t-shirt que foi depois pintada.

Ainda na senda da criatividade e da arte, surgiu a ação “Arte Urbana”, promovida em agosto. Foram dados a conhecer a 69 alunos dos vários ciclos de ensino, ao longo dos dias, elementos da história da arte urbana em Portugal e algumas manifestações artísticas realizadas em Chaves, pela pertinência de os mesmos perceberem a diferença entre a arte e a contracultura ou o vandalismo. Deram-se a conhecer aos alunos algumas técnicas utilizadas neste tipo de arte, para que pudessem elaborar um *placard* criativo, abordando o tema da diversidade cultural.

No âmbito do PIICIE continuam a desenvolver-se novas atividades, tais como: “Teatro”, “História do Mês”, “Jovens Deputados”, “Experimentando a Matemática”, “Exposição – Diferentes Etnias”, “Crescer em Segurança”, “Gerir Conflitos”, “App’studo”, “Encontro das Associações de Pais”, entre outras. Estas têm decorrido em diferentes modalidades, individualmente, em grupo de alunos, com pais e/ou encarregados de educação, assim como com outros elementos da comunidade educativa – professores (diretores de turma), assistentes operacionais, tendo sempre como base a melhoria dos resultados escolares, no sentido de garantir a inclusão e equidade.

A Equipa Multidisciplinar/Parentalidade Positiva do PIICIE do Município de Chaves



DICAS – Um projeto com impacto social na comunidade educativa do Tâmega e Sousa

Objetivos, público-alvo e atores envolvidos

O DICAS é um programa de psicologia e orientação vocacional da educação pré-escolar ao ensino secundário, que consiste numa intervenção ao nível psicológico, social e de terapia da fala, conducente ao bem-estar biopsicossocial da criança e do jovem.

Este programa contou com uma equipa de 40 técnicos, que, em 18/19, 19/20 e 20/21, acompanhou 13084 alunos. As crianças e os jovens foram os públicos-alvo, mas outros atores estiveram envolvidos no programa, entre docentes, comunidade educativa, pais/encarregados de educação.

O programa dividiu-se em 3 medidas: **Pré-SEA** (rastreamento de aptidões e competências adquiridas por crianças de 5 anos da educação pré-escolar); **SEA** (avaliação, acompanhamento ou encaminhamento de alunos, do 1.º ciclo ao secundário, para respostas/serviços adequados ao diagnóstico); e **Orienta-te e Segue** (orientação vocacional de alunos do 9.º ano, contemplando a ação *Aprendiz por um dia*, na qual os alunos têm a oportunidade de experienciar *in loco* a profissão que gostariam de desempenhar).

No Pré-SEA realizaram-se 5923 rastreios (1612 em 18/19, 2402 em 19/20 e 1909 em 20/21); no SEA foram sinalizados 4377 alunos (668 em 18/19, 1829 em 19/20 e 1880 em 20/21); o Orienta-te e Segue abrangeu 2784 jovens (12-14 anos) do ensino básico, dos quais participaram na ação *Aprendiz por um dia* 943 alunos (690 em 18/19 e 253 em 20/21).

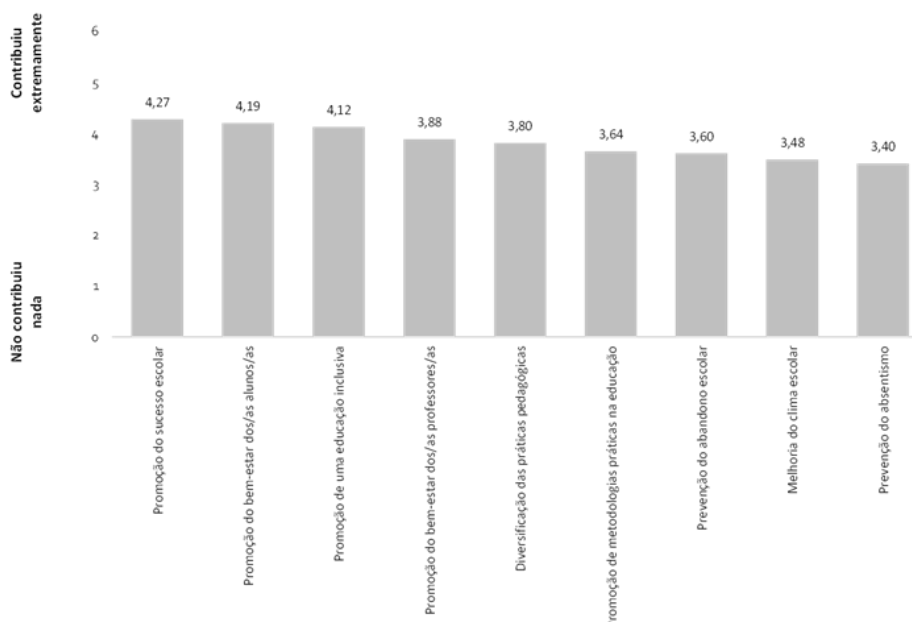
O DICAS foi objeto de avaliação de impacto social pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto durante os anos letivos 19/20 e 20/21. Foi identificado um impacto social muito positivo junto das crianças e dos jovens abrangidos pela intervenção, mas também junto das suas famílias.

Articulação com as escolas e com outros serviços

A articulação da equipa do DICAS com a comunidade educativa teve resultados positivos, na medida em que, através de um questionário aplicado às direções dos agrupamentos envolvidos, se concluiu que este projeto contribuiu para a concretização de vários indicadores (Gráfico 1). O DICAS implicou ainda um trabalho com agentes públicos e privados do território. Na atividade *Aprendiz por um dia* os alunos foram integrados em contextos reais de trabalho relacionados com saúde, psicologia, desporto, segurança, direito, engenharia, estética, entre outros.

Atribuições das direções de agrupamentos

Gráfico 1. Médias de atribuição de impacto do programa DICAS no sistema de ensino pelas direções de agrupamentos escolares





Adesão ao programa

Os principais desafios da equipa relacionaram-se com o desconhecimento inicial da comunidade educativa dos objetivos do programa, o que redundou em dificuldades na obtenção do consentimento dos encarregados de educação. Por outro lado, a pandemia obrigou a equipa a reinventar as práticas profissionais, traduzindo-se num esforço adicional.

Efeitos da pandemia no programa

A intervenção do DICAS dividiu-se em 2 modalidades: direta, em que a equipa estava com a criança ou jovem; e indireta, na qual a equipa transmitia estratégias aos educadores e professores para que estes as implementassem nas aulas.

Durante a pandemia, o programa adequou o seu *modus operandi*: inseriu-se nas plataformas digitais, redefiniu atividades e socorreu-se das ferramentas de videoconferência. Desta forma, foi possível dar continuidade à intervenção com os casos sinalizados, bem como aos surgidos da nova realidade, mas também apoiar docentes, definindo estratégias para as aulas por videoconferência. Também a relação DICAS-famílias foi fortalecida, ajudando-as nos novos reptos.

Os resultados foram positivos e demonstraram que as crianças e jovens acompanhados nos formatos presencial e à distância, no final do ano letivo 19/20, apresentaram melhores resultados do que aqueles que apenas tiveram uma intervenção exclusivamente presencial:

- no início do ano letivo 19/20 (pré-pandemia), 62,1% das crianças (216) foram alvo de intervenção presencial (direta ou indireta). No final desse ano, concluiu-se que 52,3% (113) passaram a não necessitar de intervenção, 44,0% (95) necessitaram de intervenção indireta e apenas 3,7% (8) de intervenção direta.
- Nesse mesmo ano letivo (antes e durante a pandemia), 50,6% das crianças (176) foram alvo de intervenção presencial e à distância. No final do ano letivo, concluiu-se que 56,3% (99) passaram a não necessitar de intervenção, 40,9% (72) necessitaram de intervenção indireta e apenas 2,8% (5) de intervenção direta.

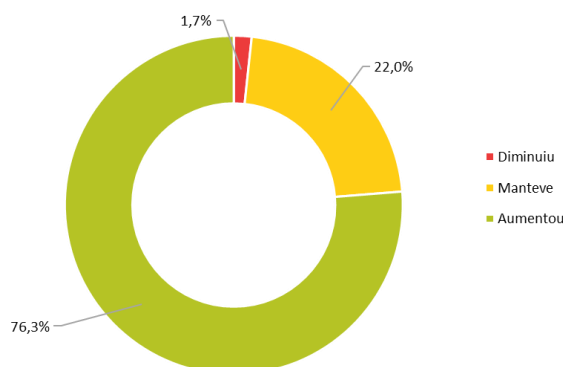
Avaliação do impacto social do programa

No global, o DICAS evidenciou que as atividades que o compõem tiveram um impacto positivo:

- no Pré-SEA, em 19/20 e 20/21, concluiu-se que, em cerca de 50% das situações, os resultados indicaram a necessidade de intervenção (45% em 19/20 e 52% em 20/21);
- no SEA, a maioria das sinalizações referia-se a rapazes da educação pré-escolar com necessidades ao nível da psicologia ou terapia da fala. Foram realizadas 2850 avaliações (1054 em 19/20 e 1796 em 20/21). Cerca de 95% destas avaliações demonstraram necessidade de intervenção. Foram acompanhados 4275 alunos (2103 em 19/20 e 2172 em 20/21). Cerca de 12% foram encaminhados para valências específicas externas;
- no Orienta-te e Segue foram aplicadas 1396 provas de orientação vocacional a 1939 alunos. Através de um estudo realizado aos alunos já a frequentar o secundário, concluiu-se que estes não só referiram gostar bastante do curso/área que frequentavam, como apresentavam uma maior certeza de quererem continuar a estudar após o 12.º ano;
- na terapia da fala foram realizados um pré e um pós-teste (395 rastreios) e constatou-se que, das 59 crianças envolvidas no estudo, 76,3% melhoraram o resultado (Gráfico 2);

Mudança das competências dos alunos (mudança do resultado obtido entre o pré e o pós-teste)

Gráfico 2. Reavaliação das competências dos alunos através da prova de rastreio: terapia da fala

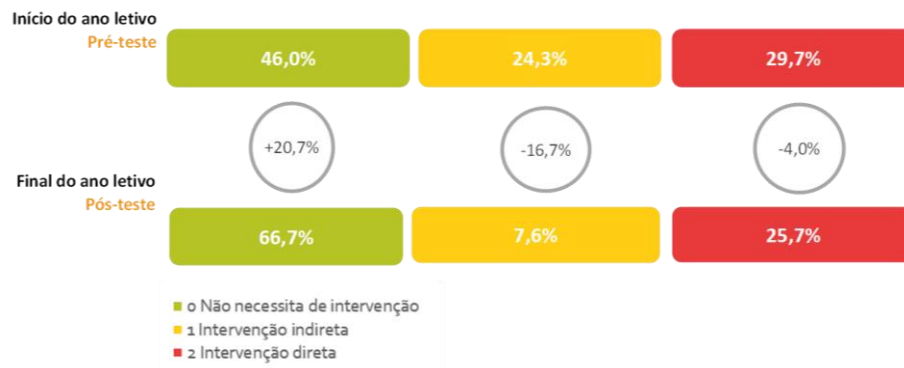




- na psicologia, os resultados com 521 crianças permitiram concluir que o número dos que passaram a não necessitar de intervenção aumentou 21% (Gráfico 3).

Mudança das competências dos alunos (mudança do resultado obtido entre pré e pós-teste)

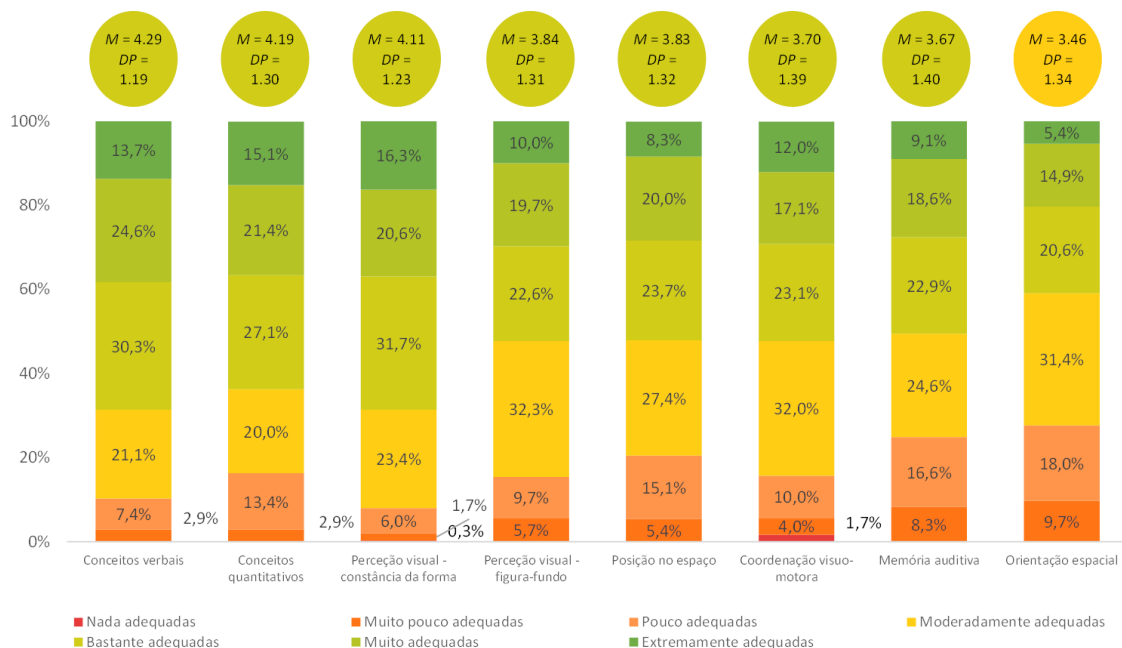
Gráfico 3. Reavaliação das competências dos alunos através da prova de rastreio: psicologia



- - foi realizado um estudo referente à atribuição de impacto de professores sobre a adequação desenvolvimental dos seus alunos do 1.º ano do ensino básico, que incluiu 348 crianças de 6 municípios, revelando uma boa adequação das competências avaliadas. A média de respostas aproxima-se, à exceção de orientação espacial, de competências “bastante adequadas”. A maioria das respostas é positiva em quase todas as dimensões, sendo que a percentagem de respostas positivas chega mesmo a 58,6% na constância da forma – percepção visual (Gráfico 4).

Atribuições de impacto pelos professores

Gráfico 4. Atribuições de professores acerca da adequação de competências desenvolvimentais dos seus alunos: médias e distribuição da frequência de resposta por dimensão

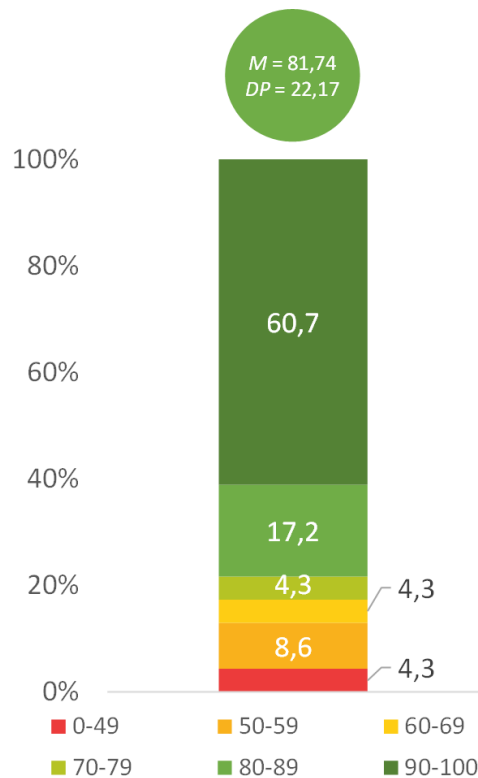




- as direções dos agrupamentos dos 8 municípios onde o DICAS foi implementado conferiram uma avaliação superior a 80% ao trabalho da equipa multidisciplinar. Indicam ainda que gostariam que fosse dada continuidade ao programa (Gráfico 5).

Avaliação das direções de agrupamentos

Gráfico 5. Desempenho dos técnicos alocados à escola (0-100)



Perspetivas futuras

Os resultados dos questionários realizados às direções dos agrupamentos mostram que 83,3% consideram bastante a extremamente importante que o programa continue a ser implementado nas escolas. Face a estes números, as políticas educativas municipais e intermunicipais investirão na continuidade de atividades com impacto, a concretizar, nomeadamente, através das candidaturas apresentadas ao Aviso NORTE-66-2021-51 (2.ª fase dos PIICIE).

Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa



Preparar os programas intermunicipais de promoção do sucesso educativo



Para uma preparação adequada dos programas intermunicipais de promoção do sucesso educativo, a inserir no NORTE 2030, impõe-se ouvir os parceiros decisivos – os municípios, as escolas e as comunidades educativas – e coordenar a programação com os serviços do Ministério da Educação responsáveis pelas medidas geridas no plano nacional. Na preparação das suas estratégias com o horizonte de 2030, as entidades intermunicipais têm produzido diagnósticos e definido objetivos e prioridades.

A experiência de realização dos PIICIE é o ponto de partida fundamental, pois permite afinar prioridades e escolher os caminhos e os

instrumentos que se revelam mais eficazes. As notas seguintes procuram caracterizar o contexto em que este trabalho de programação se realiza.

1. Prosseguindo uma tendência de décadas, a melhoria dos **resultados escolares** acelerou nos anos mais recentes. Números exemplificativos: entre 2015/16 e 2019/20, o valor da retenção e desistência no ensino básico passa de 6,4% para 2,2% no Continente e de 5,4% para 1,2% no Norte; no ensino secundário, para os mesmos anos, temos 15,5% e 8,4%, no Continente, e 11,3% e 6,5% no Norte (DGEEC); no abandono precoce de educação e formação no grupo etário de 18-24 anos, passámos, entre 2015 e 2021, de 14,4% para 5,3%, no Continente, de 14,3% para 4,1% no Norte (INE). Como se verifica em diversos outros indicadores, no abandono precoce, as mulheres obtêm melhores resultados (3,6%) do que os homens (6,9%), no Continente (2021).

2. Apesar dos progressos alcançados, permanecem **problemas de eficácia**, expressos nos valores de retenção e desistência e de transição com níveis negativos (com destaque para Matemática e Inglês, no 2.º ciclo, e Matemática, Inglês, Físico-Química e Português no 3.º ciclo) e **de equidade**, porque, dada a relação entre a condição socioeconómica e cultural das crianças e dos jovens e os seus percursos escolares, o insucesso escolar está muito ligado à pobreza infantil.

Assim, além de transitar de ano ou, mais exigente, de transitar só com classificações positivas, há um largo espaço para enriquecer as aprendizagens escolares – desenvolver a leitura, a escrita e a numeracia, conhecer a história local, criar espaços e tempos para as expressões artísticas, laboratoriais e a experimentação científica e promover a cidadania, na linha da orientação inscrita no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* – e para adequar os percursos escolares às expectativas dos jovens, na construção de percursos de vida.

3. Para a melhoria no acesso e nos percursos escolares contribuem, entre diversos fatores, a melhoria das condições sociais, da alimentação e dos cuidados de saúde, o progressivo aumento da escolarização dos pais dos alunos, em especial das mães, o alargamento da escolaridade obrigatória, o investimento em escolas e equipamentos, as condições de acesso e de frequência ou a diversificação e a flexibilização da oferta escolar, com reforço das vias de dupla certificação.

Importa ainda valorizar o **contributo de múltiplos programas e intervenções**, em que o apoio dos fundos estruturais europeus é decisivo, como é o caso dos PIICIE. A par dos resultados imediatos, quantitativos e qualitativos, com efeitos na qualidade dos percursos escolares das crianças e dos jovens que beneficiam diretamente dos apoios, como têm mostrado estudos de avaliação e de “medição do impacto social”, interessa apreciar o potencial demonstrativo de alguns projetos integrados nos PIICIE e ter presentes outros efeitos na organização local da educação, na relação entre atores e agências, na renovação do corpo técnico. A pandemia afetou a realização de boa parte das atividades, assentes na relação pessoal, mas revelou também um potencial de iniciativa e de colaboração que interessa mobilizar.



O estudo de *Avaliação sobre o contributo do Portugal 2020 para a promoção do sucesso educativo, a redução do abandono escolar precoce e a empregabilidade dos jovens* concluiu que os PIICIE “representam um passo relevante no processo de descentralização da política educativa” e “permitiram alargar a função educativa para além das matérias curriculares e também reforçar os recursos para a intervenção fora da sala de aula, inovando pedagogicamente também nesse domínio. (...) O risco que se enfrenta neste domínio é o dos projetos manterem a natureza pontual, passageira e relativamente exterior em relação à escola (...), em vez de se fundirem com todas as

outras atividades e conteúdos de aprendizagem estruturais nas escolas” (pág. 107). Neste sentido, os autores consideram que “é fulcral que o PIICIE não seja mais um programa sem continuidade, pois não há resultados nem transformações rápidas em educação” (pág. 117).

4. Para o aprofundamento e a consolidação de dinâmicas locais de promoção do sucesso escolar, importa cuidar da coordenação das iniciativas no sentido de assegurar a articulação temporal e temática dos planos intermunicipais com outros programas e medidas de apoio. Para termos uma **ação complementar e distinta** da prevista nas medidas incluídas nos programas da responsabilidade direta da administração educativa, necessitamos de planear atempadamente as ações e conjugar os apoios das autarquias com os planos estratégicos ou planos de atividades das escolas.

5. Com um investimento político, financeiro e organizacional muito diverso, os PIICIE configuram **novos campos de atuação dos municípios e das entidades intermunicipais** na educação. De modo específico, os PIICIE implicam um reforço da interação entre as autarquias locais e as escolas, procurando que o alargamento da ação municipal e intermunicipal na educação valorize a autonomia institucional das escolas e a autonomia profissional dos docentes e de outros técnicos. Sem negar as dificuldades, tem sobressaído o compromisso na criação de relações de confiança, base para cooperação frutuosa entre as escolas e as autarquias.

Quando, na vida escolar, se valoriza o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças e dos jovens, se quer garantir a igualdade de oportunidades, se atua em dimensões como os apoios socioeconómicos e o acompanhamento psicossocial, se visa o enriquecimento da vida escolar para todos, mais precioso é a escola contar com a comunidade, em especial com o apoio das autarquias (cf. [Estratégia Nacional para os Direitos da Criança 2021-2024](#)).

6. A proporção de crianças e jovens (0-17 anos) em risco de pobreza e de exclusão social – em 2020, o valor era de 21,6% em Portugal (INE) – e, por outro lado, o peso da educação na prevenção da reprodução intergeracional da pobreza e da exclusão social exigem que a ligação entre o insucesso escolar e a **pobreza infantil** seja considerada de forma mais consequente. O carácter multidimensional desta pobreza requer políticas integradas, especialmente no plano local: alojamento, alimentação, cuidados de saúde, condições de estudo, acesso a bens culturais (cf. [Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030](#)). Acresce que a pandemia atingiu e atinge duramente as pessoas, as famílias e as escolas, inscreveu mais a vulnerabilidade e a incerteza no quotidiano e aumentou as desigualdades, agora mais expostas (cf. [estudo do Conselho Nacional de Educação](#)). Impõe-se um esforço de recuperação e de aprendizagem com o que está a acontecer.



Neste contexto, para cumprir a sua missão educativa, a escola não pode atuar isolada, tem de ser um nó de uma rede local em que as autarquias assumem papel de relevo e os conselhos municipais de educação podem constituir uma instância de concertação e mobilização.

7. As escolas necessitam de recursos acrescidos para proporcionar a todos os que as frequentam condições de saúde, bem-estar e segurança, um acompanhamento personalizado, o acesso a equipamentos atualizados, o usufruto de bens culturais, das artes, da experimentação científica, da prática desportiva. Situa-se nesta linha o trabalho de técnicos integrados em **equipas multidisciplinares** que concretizam a cooperação entre escolas e autarquias para uma resposta mais integrada e continuada: psicólogos, terapeutas da fala e de outras terapias e reabilitação, técnicos de serviço social e ação social, educação, educação social, animação social e mediação, animação cultural e sociocultural, diversas artes, informática e multimédia, desporto, etc.

A **equidade** e a adequação às situações e aos territórios, dada a vinculação territorial das desigualdades, são princípios centrais dos PIICIE, pelo que a prioridade deve centrar-se nas crianças e nos jovens em situação ou em risco de insucesso e abandono. Para tal, valoriza-se o diagnóstico dos problemas, os dispositivos de alerta e a intervenção precoce e o acompanhamento personalizado.

Tendo presente a importância dos alicerces e de uma intervenção de proximidade, impõe-se cuidar prioritariamente da educação da infância (0-12 anos), com crescente atenção à primeira infância, do nascimento aos 6 anos (cf. conclusões do Conselho Europeu - [2021/C 221/02](#)). Assim, importa promover dinâmicas participadas de diagnóstico, decisão e monitorização municipal, que corporizam uma “ecologia da equidade”, em que cada criança não é deixada à sua sorte e é seguida durante a escolaridade obrigatória.

A colaboração entre a escola, **as famílias e as comunidades** é crucial, o que implica desenvolver o aconselhamento parental e projetos educativos formais e não formais que envolvam as famílias e valorizar o contributo das associações de pais e encarregados de educação.



8. No que respeita ao desafio das **competências digitais**, interessa assegurar o equilíbrio entre as diferentes metodologias de aprendizagem, em função da idade dos alunos e do ciclo de estudo, e agir de modo integrado, com planos centrados nas escolas, que incluam: o acesso de todos à Internet e a equipamentos adequados e seguros; a formação de docentes; o apoio técnico nas escolas; o acesso a recursos pedagógicos digitais de qualidade e as tecnologias específicas para crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

9. As alterações climáticas, as ameaças à democracia, o convívio entre culturas, a transformação digital e o efeito das novas tecnologias no quotidiano das crianças e dos jovens, o crescimento das desigualdades, as mudanças no mercado de trabalho, as alterações demográficas e as migrações são faces de um mundo que nos desafia a atualizar e concretizar **as missões da educação e o lugar da escola**, as formas de ensinar e de aprender. O [relatório da Comissão Internacional](#) criada por iniciativa da UNESCO sobre os futuros da educação constitui um contributo recente para responder a este desafio, ao defender a preservação da escola como espaço de encontro e de convivialidade e a sua transformação para responder ao nosso tempo: um trabalho pedagógico mais colaborativo, um currículo menos centrado nas disciplinas e mais nas questões atuais, novas respostas na arquitetura, na gestão de espaços, na organização do trabalho, dos horários e grupos de alunos.



10. Neste contexto, ensaiamos uma base de partida para a definição de **áreas prioritárias e de uma tipologia de ações**, a considerar nos novos programas intermunicipais:

- a) reforço do acompanhamento próximo e personalizado das crianças e dos jovens, nomeadamente por meio de equipas multidisciplinares que assegurem respostas em campos como: (i) dispositivos de alerta e intervenção precoce nas dimensões do desenvolvimento pessoal, das aprendizagens e das condições sociais e económicas; (ii) promoção da saúde e do bem-estar físico e psíquico, prevenção de doenças; (iii) respostas técnicas a problemas da fala e da linguagem; (iv) desenvolvimento das competências pessoais e sociais, designadamente métodos de estudo, atenção e concentração, iniciativa e criatividade, gestão de conflitos, cidadania, igualdade de género; (v) orientação escolar e vocacional complementar à desenvolvida pelas escolas;
- b) promoção de ações complementares de desenvolvimento curricular em áreas como a leitura, a matemática, as ciências e a experimentação, a produção de recursos para uma pedagogia de projeto, as artes, a ligação ao património e à história local, as atividades lúdicas, físicas e desportivas, a sensibilização para os problemas ambientais e as alterações climáticas, a literacia financeira;
- c) desenvolvimento das competências digitais nas escolas, numa perspetiva de complementaridade entre o apetrechamento de equipamentos e conectividade, o apoio técnico e a capacitação de recursos humanos;
- d) envolvimento das famílias na vida escolar, aconselhamento parental em projetos formais e não formais, melhoria da comunicação na comunidade e sensibilização para o valor da educação e do saber e para o (re)conhecimento do trabalho das escolas;
- e) estabelecimento de pontes entre a educação/formação e o mundo do trabalho e fomento da participação da comunidade no planeamento e na monitorização da oferta formativa, privilegiando a escala intermunicipal;
- f) promoção da atualização das cartas educativas municipais e intermunicipais, que correspondam a projetos educativos de base municipal e intermunicipal, e experimentação e desenvolvimento de novas modalidades de gestão da rede escolar, em especial nos territórios de baixa densidade, de que são exemplo os projetos-piloto de partilha de turmas, no âmbito do ensino profissional;
- g) coordenação geral, monitorização e avaliação dos programas intermunicipais e dos seus projetos, incluindo o intercâmbio de experiências e a partilha de boas práticas na promoção do sucesso escolar e na prevenção do abandono escolar;
- h) capacitação dos técnicos que asseguram a realização dos projetos, bem como de outros elementos da comunidade educativa, numa lógica de reforço de redes locais e de transferência de conhecimento.

Esperamos que estas notas constituam um contributo útil para a preparação dos novos programas intermunicipais.